



Concorrência Eletrônica n.90003/SSP-PI/2024

Processo nº 00027.002741/2024-11

Secretaria de Segurança Pública do Piauí.

A Empresa L DA SILVA VILELA ENGENHRIA-ME, inscrita no CNPJ nº 40.138.617/0001-92, estabelecida em Beneditinos-PI, Rua Florêncio Campelo, Nº 411, Bairro Centro, CEP: 64.380-000, representado por LUCAS DA SILVA VILELA, CPF: 061.305.083-52, EMPRESARIO.

Aos cuidados de:

Secretaria de Segurança Pública do Piauí.

Endereço: R. Walfran Batista, 91 - São Cristóvão, Teresina - PI, 64046-470.

Ref.: Contrarrazão à exigência de garantia durante a fase de habilitação - Processo Licitatório nº 00027.002741/2024-11.

1. INTRODUÇÃO

A L DA SILVA VILELA ENGENHARIA, por meio de seu representante legal, vem, respeitosamente, apresentar contrarrazão à exigência de garantia no momento da fase de habilitação, conforme estabelecido no processo licitatório nº 00027.002741/2024-11. A licitante entende que a garantia não deve ser exigida na fase de habilitação, mas somente após a assinatura do contrato, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e os princípios da administração pública.

A seguir, são apresentados os fundamentos legais e jurídicos que sustentam a impossibilidade da exigência de garantia nesta fase do processo licitatório.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. Exigência de Garantia Após a Assinatura do Contrato

De acordo com o art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021, a garantia para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais deve ser exigida após a assinatura do contrato, e não durante a fase de habilitação. O dispositivo legal é claro ao estabelecer que a garantia tem por objetivo assegurar a execução do contrato e deve ser exigida somente após a celebração do ajuste.

Portanto, exigir uma garantia na fase de habilitação fere a norma que regula a contratação pública e desconsidera o momento adequado para tal exigência, que é apenas quando o contrato for formalizado, não antes.

2.2. Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade, expresso no art. 37 da Constituição Federal, exige que a Administração Pública atue estritamente conforme a lei. Assim, a exigência de garantia durante a fase de habilitação, sem a devida previsão legal, configura ilegalidade, uma vez que contraria a disposição expressa da Lei nº 14.133/2021, que determina a exigência da garantia somente após a assinatura do contrato. A Administração Pública não pode criar requisitos que não estejam claramente previstos na legislação.

A Empresa L DA SILVA VILELA ENGENHRIA-ME, inscrita no CNPJ nº 40.138.617/0001-92, estabelecida em Beneditinos-PI, Rua Florêncio Campelo, Nº 411, Bairro Centro, CEP: 64.380-



2.3. Princípio da Ampla Competitividade

O princípio da competitividade visa garantir que o certame seja acessível a todos os licitantes que atendam aos requisitos do edital. Exigir garantia antes da assinatura do contrato pode prejudicar a participação de licitantes, visto que ela pode representar um ônus financeiro desnecessário e um obstáculo à livre concorrência. Este procedimento vai contra o espírito da Lei nº 14.133/2021, que busca promover maior competitividade no processo licitatório, permitindo que todos os interessados que atendam aos requisitos possam participar.

2.4. Desnecessidade de Garantia na Fase de Habilitação

Na fase de habilitação, o objetivo principal é verificar a regularidade fiscal e jurídica dos licitantes, bem como sua capacidade técnica e econômico-financeira para a execução do contrato. A garantia de execução contratual, portanto, não se justifica nessa fase, uma vez que a licitante ainda não assumiu formalmente as obrigações decorrentes do contrato. O caráter da garantia é exclusivamente relacionado à execução do contrato, não sendo necessário, portanto, na etapa de habilitação.

2.5. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reforçado, em diversas decisões, que a garantia de execução contratual não deve ser exigida de forma antecipada, antes da assinatura do contrato, pois sua finalidade é assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, e não a idoneidade do licitante na fase de habilitação. O TCU tem entendido que a exigência de garantia antes da celebração do contrato pode configurar vício no processo licitatório, gerando restrições indevidas à competição.

3. DA CONCLUSÃO

Fase de Adjudicação e Assinatura do Contrato:

- A exigência de garantia ocorre após a assinatura do contrato, como especificado no art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode exigir uma garantia para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais. No caso de obras e serviços de engenharia, a garantia pode ser exigida em uma das seguintes formas:
 - Seguro-garantia;
 - Fiança bancária;
 - Caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou em bens imóveis.

Diante dos argumentos apresentados, a empresa L DA SILVA VILELA ENGENHARIA, prova que não existe obrigatoriedade na garantia na fase de habilitação e sim após assinatura do contrato na execução, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, que determina sua exigência apenas após a assinatura do contrato. A imposição de garantia neste momento é indevida, contrária à legislação



vigente e prejudicial à livre concorrência, desrespeitando princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas.

A empresa reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência e o cumprimento de todas as obrigações contratuais e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Lucas da Silva Vilela

Beneditinos-PI 07 de JANEIRO de 2025.

L DA SILVA VILELA ENGENHARIA-ME

CNPJ: 40.138.617/0001-92

LUCAS DA SILVA VILELA

061.305.083-52

